

VOZES DA ESCOLA: PROCESSO FORMADOR

Larissa Rafaela Rodrigues BUENO¹

RESUMO: Este artigo é resultado de um projeto de extensão, intitulado Justiça Restaurativa e Conflitos no cotidiano escolar, realizado nos anos de 2017 e 2018, em uma escola estadual de São José do Rio Preto. O projeto objetivou enfrentar os conflitos escolares e abordar as relações interpessoais. Como metodologia de trabalho foram utilizadas bolsão de ideia, assembleias de classes e gerais. Como resultado percebe-se que o ambiente escolar se organizou para favorecer o diálogo e o enfrentamento de problemas coletivos.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça Restaurativa; Participação; Assembleias; Cidadania.

1. Introdução

Este artigo é resultado de um projeto de extensão, intitulado Justiça Restaurativa e Conflitos no cotidiano escolar, realizado pelo Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), nos anos de 2017 e 2018, com apoio da Pró-reitoria de Graduação (Prograd), e executado com recursos do Núcleo de Ensino, em uma escola pública de fundamental II, na cidade de São José do Rio Preto, interior do estado de São Paulo. Tendo como objetivos gerais entender e identificar na instituição escolar quais eram os problemas/conflitos, as soluções apontados pelos estudantes e como eram tratados, se analisou lócus de ações e práticas implantadas na escola no decorrer do projeto que se refere aos registros das assembleias realizadas em 2018, os livros de ocorrências do mesmo ano, varal de sonhos de 2017, questionários, rodas de conversas e outros meios de escuta ativa no qual os alunos se expressaram. Para análise das assembleias, construiu-se uma ficha que objetiva identificar a data e duração da assembleia; os temas abordados e soluções propostas. Já dos dados coletados em bolsões e atas foram feitos gráficos comparativos.

¹ Licencianda em Letras, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), Departamento da Educação, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil, Ana Maria Klein, bolsa do Núcleo de Ensino da Prograd, lahrrbueno@gmail.com.

Também a fim de construir a base teórica foram usadas pesquisas bibliográficas e documentais sobre as assembleias e justiça restaurativa nas escolas. Os objetivos deste relato são divulgar o trabalho que foi desenvolvido pelo projeto JRCC (Justiça Restaurativa e Conflitos no cotidiano escolar) com o intuito de proporcionar algumas reflexões sobre as relações dentro da comunidade escolar e sobre como as formas utilizadas para tratar conflitos escolares podem propiciar um ambiente mais cidadão ou não.

O projeto se utilizou de pesquisa exploratória e de análise documental, como metodologia de pesquisa. Já que, se percebeu que metodologicamente, a pesquisa exploratória era mais apropriada para o projeto, por ser um projeto que tenta alterar profundamente modos de olhar a educação e esses processos não são rápidos, e sim um longo processo que vai se arquitetando aos poucos e o tempo de dois anos seriam um tempo curto para se observar melhoras qualitativas de fato. Por isso, o grande objetivo era coletar dados para poder se analisar e conseguir ter um panorama mínimo do efeito de se trabalhar com ações que promovam direitos humanos.

A escola, como se conhece hoje, surge já com função de disciplinar no século XVII, sendo assim, a regulamentação de atitudes dos alunos sempre foi a mais valorizada das funções dessa instituição, como afirma Ariès (1981). E atualmente a escola é uma das instâncias em que o estudante passará grande parte do seu desenvolvimento psíquico, moral e intelectual, ou seja, sua construção pessoal. Entretanto, a instituição escolar ainda conserva valores muito antigos, tanto que se vê em uma crise conflitual devido a um sistema ultrapassado pautado em punições, que necessita de mudanças, mas vista ainda com resistência. Em contracorrente à noção arcaica já arraigada na instituição há uma alternativa para a gestão de conflitos escolares, que vem ganhando força e trazendo resultados satisfatórios para toda a comunidade escola, intitulada de via da justiça restaurativa.

2. Conflitos além da violência

Como maneira de organizar, é preciso entender quais conceitos foram usados no projeto. Um dos conceitos fundamentais foi o de conflito na escola. Entender esse conceito era pré-requisito para se desenvolver a pesquisa em mecanismos de escutas via Justiça Restaurativa. Primeiro, a noção de homem, no sentido *homo/ominis*, são seres que construídos/constroem pelo/os espaços institucionais, ou seja, estão em constante troca de mão dupla por meio de suas relações cotidianas, seja por conflitos, negociações e outros. Então, conflitos são inerentes ao ser humano, necessários à vida e constitutivos, exatamente pela diferença de cultura, formação, classe social e etc. Os sujeitos carregam suas próprias bagagens de vida, mas na forma que se olha e/ou se resolvem os conflitos é que muitas vezes há problemas. E como definição geral de conflito foi adotada a de Chrispino (2007, p.15) que afirma: “Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento”. Sendo assim, todos na sociedade contemporânea têm a experiência do conflito.

Na contemporaneidade, a instituição escolar é onde há circulação de princípios, desenvolvimentos de práticas pedagógicas, contato com a diversidade, sistematização das estruturas do mundo e construções de indivíduos morais, cidadãos e sociais. Dado isso, há uma necessidade de alterar alguns conceitos e ideias arcaicas que estão há tempo no ambiente escolar. A escola não pode ser vista como um lugar estático, mas sim deve ser vista como Araújo (2002, p.14) define, “virtual, multidimensional e dinâmico, prevendo a articulação entre várias cenas, muitas vezes justapostas”, e esse universo em síntese reúne a diferença que, certamente fará a escola ser cenário onde o conflito se instalará. Em virtude disso, entende-se a escola como um espaço que não só propicia problemas dentro dela pelas relações interpessoais, mas também é lugar para onde o aluno traz seus conflitos com o mundo. Porque os conflitos são inevitáveis, já que as relações interpessoais na instituição escolar envolvem, segundo Klein:

Docentes, discentes, diretores/as, as relações da escola com a comunidade e com a cidade e dos/as estudantes com o conhecimento. Compreendem ainda a convivência democrática na instituição, a motivação dos/as estudantes e dos docentes, as formas de resolução de conflitos e os princípios que norteiam a vida em comum (KLEIN, 2010, p.111).

Isto é, o conflito nasce da dissensão de interesses/desejos que ocorrem quando se têm relações interpessoais. E fica evidente a dificuldade de lidar com o conflito já na incapacidade, muitas vezes, de identificar as circunstâncias que fazem surgir os conflitos. Geralmente, só se explicita o conflito quando esse produz ações violentas. Em virtude desse quadro, tem-se uma falsa assimilação de que conflito é violência. Porém violentos podem ser os meios de resolução de conflitos não esclarecidos ou não entendidos, que geram a violência, mas o conflito em si não é eminentemente violento. Então, um segundo passo é dissociar violência de conflito, depois de entender que o conflito é inerente do ser humano. Seguindo, saber como a escola trabalha os conflitos também é necessário para uma visão completa do que é o conflito na escola. Em geral, há três tendências fadadas ao fracasso no modo de lidar com as incompatibilidades na escola como Galvão descreve:

A primeira é a de camuflá-los. Muitas vezes, antes mesmo de se avaliar a natureza de determinado conflito, busca-se resolvê-lo - no sentido de fazer com que ele deixe de emitir seus sinais externos. Trata-se, no jargão popular, de "colocá-lo debaixo do tapete". A segunda tendência, uma vez frustrada a expectativa de que a escola possa ser um espaço de convívio plenamente harmônico, é atribuir a responsabilidade de todo e qualquer conflito ao aluno, o conflito, neste caso, é dotado de uma certa desigualdade: ele só ocorreu porque algum fator externo à ordem escolar contribuiu para isso. A terceira tendência é a de vivenciar a eclosão dos conflitos como uma indicação ou demonstração de um fracasso completo da ação educacional (GALVÃO, 2004, p.2).

Então, de forma genérica, o problema do conflito não é ele em si, mas a maneira de mediar ou não. Por essa razão, faz necessário pensar em modos de mediar os conflitos já que o conflito é inevitável.

Como um primeiro passo, assumir a existência de conflitos e ter noção de que precisam ser resolvidos, já é uma forma melhor da escola realizar suas funções como formadora de seres cidadãos e morais. E dentro desse contexto há que se distinguir dois tipos de escola; as que querem resolver o conflito e as que o negam.

Sintetizando o que foi discutido sobre conflito, se a partir do momento em que o conflito surge, esse desacordo é negado em vez de ser mediado se tem um desencadeamento de ações que vão sendo atribuídas a outros, e a responsabilidade vai passando de uma instância a outra até chegar a uma ação diretamente violenta ou não, mediante a coerção.

Trilhar o caminho da Justiça Restaurativa é eleger uma via em que, se desprende da abordagem punitiva, abstém-se das acusações/punições para dar lugar ao diálogo. Não só no nível da mediação, mas também no nível da restauração das relações interpessoais. Cada pessoa envolvida apresenta e traduz do seu modo o conflito, todos são ouvidos, todas as emoções, sentimentos, opiniões têm o mesmo peso, para que no final todos se sintam compreendidos e se chegue em um acordo que melhor represente a todos. Tal princípio da escuta que, à primeira vista, é tão simples, é uma verdadeira revolução em um ambiente que, em geral, não se tem espaço para ouvir o outro, não viabiliza a possibilidade de diálogo entre as partes. Por isso, a JR parte do pressuposto que toda relação interpessoal pode ser restaurada pela via do respeito, escuta ativa, empatia e outros princípios. Desta forma, a via da justiça restaurativa tem instaurado uma nova maneira de olhar as relações, deixando o olhar de relação assimétrica para trás, a fim de se construir uma relação simétrica baseada na reciprocidade, na troca igual das partes e na construção em conjunto com o outro. E a justiça restaurativa ainda traz em seus princípios a responsabilidade, o empoderamento e a esperança, que irão tornar-se princípios essenciais para essa via produzir bons resultados, como nos descreve Grossi et al:

A responsabilidade emerge através da busca do ofensor pela restauração do ato que causou, ou seja, ele deverá se responsabilizar

pelo seu ato, uma vez que causou danos à outra pessoa. O empoderamento como valor é representado pela vítima quando a ela é devolvido os poderes perdidos no ato. As vítimas têm papel ativo para determinar quais são as suas necessidades e como estas devem ser satisfeitas. Isto também dá poder ao ofensor de responsabilizar-se por suas ofensas. E, por fim, a esperança como valor; a Justiça Restaurativa alimenta a esperança de reparação para as vítimas, transformando a dor rumo a uma perspectiva de relação mais civilizatória (GROSSI, 2009, p.502).

Traçando rapidamente o percurso histórico da JR, se percebe que essa concepção de justiça nasceu há quase quatro décadas, por suposto, ainda um método novo. Os primeiros dados que têm foram registrados no Estados Unidos em 1970, sob a forma de mediação no campo jurídico, mediação réu-vítima. Também outros países como Chile, Argentina e outros foram implantando essa via. Sendo destaque a Nova Zelândia com a justiça dos aborígenes Maoris. No Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, o discurso da justiça restaurativa despontou em 2004, apesar de ter tido seus primeiros passos em 2002. Entretanto, na educação o discurso da Justiça Restaurativa só ganhou espaço em 2008, durante a Assembleia Geral do Fórum Europeu da Justiça Restaurativa, onde se propôs alargar os ambientes/instituições que utilizava a JR. Ou seja, a justiça restaurativa, principalmente no campo escolar, é muito recente tendo um pouco mais de dez anos.

Então, conceituada por Brancher (2006), Machado (2008) ² e Oliveira (2008) ³, a justiça restaurativa é entendida, no geral, como uma medida que assegura os direitos humanos e forma humanamente pelos restabelecimentos de vínculos. Mas como conceito geral de JR, opta-se pelo que Brancher define ser “um processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com

² “forma de justiça valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para a auto expressão e o protagonismo de cada um dos envolvidos e interessados – autor do fato, receptor do fato, familiares e comunidade. Partindo daí, fortalece e motiva as pessoas para a construção de estratégias para restaurar os laços de relacionamento e confiabilidade social rompidos pelo conflito.” (BRANCHER; MACHADO, 2008, p. 63)

³ “orientada por processos humanizadores, abram-se brechas para a inoculação de qualidades éticas e afirmação de valores, como a liberdade, a autonomia, o reconhecimento recíproco, a solidariedade, a corresponsabilidade e a resolutividade” (OLIVEIRA, 2008, p. 151)

as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro”. E ainda o autor completa, afirmando a diferença entre modelo punitivo e restaurativo no trecho abaixo:

Se o modelo tradicional de justiça serviu para afirmar um modelo de poder fundado no controle e na dominação, um modelo restaurativo de justiça deverá servir para afirmar um modelo efetivamente democrático de exercício do poder. E isso somente pode ocorrer se todos – sobretudo os interesses minoritários – forem acolhidos e incluídos, e suas opiniões forem consideradas para chegar a uma conclusão que seja um termo médio das posições do grupo, e não apenas para contabilizar votos e referendar a imposição da vontade majoritária. Na Justiça Restaurativa, o poder é exercido por consenso. [...] A perseguição de opositores e culpados dá lugar à identificação e satisfação das necessidades de todos, numa relação de responsabilidade mútua (BRANCHER, 2006, p.21).

Sendo assim, tem-se uma alternativa de resgatar a função social da escola, de educar e formar seres conscientes, através de uma formação ética, reflexiva e principalmente integradora e não discriminatória, assim como Puig (2000) defende em critérios de igualdade, liberdade, participação e de justiça. No caso da escola, ela deve estar encarregada de ensinar às novas gerações o que significa viver democraticamente, reconhecendo as especificidades da instituição escolar e o significado de tornar este ambiente democrático. Por isso, a justiça restaurativa parte da premissa de que as relações aluno-escola, professor-aluno e família-escola podem ser restauradas adquirindo novas óticas, que irão refletir na prevenção da violência, instaurando novas formas de convivência.

Dentro da JR há inúmeros modos de se estabelecer o diálogo e/ou a resolução de conflitos. As mais conhecidas são: Círculos Restaurativos, Assembleias/Conselhos de classe e Quadro/Caderno do “eu critico” e do “eu felicito” /Jornal Mural. Porém para o projeto se utilizou como prática o jornal mural, chamado de bolsão de ideias e se utilizaram, principalmente, as assembleias de classe e escolar. Freinet institui uma nova forma de a criança aprender por meio de uma liberdade tanto de experimentar como de propor, dando-lhe,

principalmente, o poder para tomar decisões relativas à organização da escola e ao trabalho pedagógico conjuntamente ao/à professor/a. Freinet que descreve de que modo deve ser organizado o jornal-mural, como observado abaixo:

Esse (jornal mural) mural fica pregado em um canto especial da sala é dividido em três partes: nós criticamos, nós cumprimos e nós pedimos. Livremente as crianças escrevem nesses espaços, fazem reclamações, apontam erros relacionados aos trabalhos desenvolvidos na escola, fazem sugestões e manifestam desejos (FREINET, 2001).

A assembleia escolar é um espaço muito produtivo, definida por Puig (2000, p.117) como: “o momento institucional da palavra e do diálogo. O momento em que o coletivo se reúne para refletir, tomar consciência de si mesmo”. Em que há regras, como não nomear o autor da ação, tentar falar de modo genérico sempre respeitando o próximo e principalmente tendo como objetivo maior não uma solução/resolução do problema, mas sim um debate de modo que haja uma aprendizagem sobre o problema, possibilitando assim o poder de refletir. Ou seja, as Assembleias Escolares viabilizam a Justiça Restaurativa por ter como objetivo propor um lugar de fala a todos, para que juntos se possa construir uma democracia iniciada no ambiente escolar, a qual refletirá na vida em sociedade em geral.

Porque diferentemente de outros modelos propostos para restaurar conflitos, as assembleias não buscam tratar os conflitos como certo e errado e/ou impor às partes envolvidas a chegarem a um acordo. Mas sim, abrir espaço para o debate, diálogo, evidenciando as posturas/ideias diferentes, mesmo assim levar os seres a conviver em um mesmo espaço de forma pacífica. Araújo (2002) define três níveis de assembleias: as chamadas docentes, escolares e de classe. As docentes são as compostas exclusivamente de professores e gestões, com fim de debater os assuntos referentes à vida docente, como conteúdos, currículos, funcionalidade da escola e outros, mas não é o enfoque da pesquisa. Já as escolares, diferentemente da anterior, abrange todos (as) que participam da

escola, funcionários, gestão, alunos e docentes, em que são debatidos desde as relações interpessoais até sugestões para melhorar o ambiente escola. Por último as assembleias de classe, que ocorrem dentro de cada grupo-classe com a participação do professor e dos estudantes da classe, tendo como objetivo promover um espaço para reflexão e decisão sobre as regras voltadas ao ambiente.

As assembleias de classe abordam problemas específicos de cada sala de aula, em que participa um ou dois docentes e todos os discentes da turma. Seu objeto é o de dialogar e regulamentar a convivência interpessoal no âmbito específico de cada turma, através de um habitual encontro toda semana, que serve como espaço de construção. Ainda, de acordo com Argüís (2002, p.28) esse tipo de assembleia promove “através destas um elemento essencial em uma escola democrática: a educação em valores [...] os protagonistas do processo educativo têm a palavra para resolverem situações emergentes desse espaço, incrementando a eficácia escolar”. E Araújo comprova que as escolas que conseguem avançar no trabalho com as assembleias escolares têm resultados significantes como em:

Entre os resultados mais significativos apontados por quem passa pela experiência das assembleias de classe está a mudança nas relações interpessoais. Além de se ter ali um espaço para a elaboração e reelaboração constante das regras voltadas à convivência escolar, promove-se o diálogo para a negociação e o encaminhamento dos conflitos cotidiano. Professores também têm a oportunidade de conhecer melhor seus alunos e suas alunas em facetas que não são possíveis no dia-a-dia da sala de aula. Temas como disciplina e indisciplina deixam de ser de responsabilidade somente da autoridade docente e passam a ser compartilhados por toda a classe, responsável pela elaboração das regras e pela cobrança de seu respeito. Enfim, o espaço das assembleias propicia uma mudança radical na forma com que as relações interpessoais são estabelecidas dentro da escola e, se devidamente coordenado com relações de respeito mútuo, permite verdadeiramente a construção de um ambiente escolar democrático (ARAÚJO, 2002, p. 66).

A partir do que foi exposto, através da pesquisa de campo que foi realizada por meio de observações não participativas e/ou

participativas de assembleias – escolares e de classe –, análise de documentos – atas, pautas de assembleias e Projeto Político Pedagógico da escola – e entrevistas com membros de equipes pedagógicas, verificou-se não só os benefícios que a prática das assembleias traz como também as dificuldades e facilidades de implantação da prática no contexto educacional.

3. Lócus da pesquisa

Após a fundamentação teórica, como forma de sistematizar há uma breve explicação de quais foram os canais implementados na escola, para que o aluno pudesse projetar sua voz. A primeira análise foi através de um questionário que a gestão da escola, principalmente a diretora, respondeu a fim de definir um panorama geral sobre conflitos na escola do projeto e os motivos porque foi implantada a ideia na instituição, em que se percebe uma postura já aberta ao diálogo e principalmente a seguir a via da Justiça Restaurativa por meio de diversos métodos de escuta ativa. O primeiro passo foi a realização de um questionário⁴ sobre os conflitos da escola e sobre os modos de participação da escola já existentes. Logo em seguida, se analisou o livro de ocorrência, através de algumas perguntas que foram elaboradas a fim de direcionar a análise. As perguntas foram:

- Quais ocorrências estão registradas?
- Quais as principais ocorrências (série, sexo, idade)?
- Quem são os envolvidos (sexo, série, tipo de ação)?
- Como é o livro fisicamente?
- Como são resolvidos os conflitos que vão para o livro de ocorrências?
- Como podem ser divididas as ocorrências?
- Como e por que o livro é usado, na resolução de conflitos?
- Como é o perfil dos professores que mais usam o livro?

No geral, o que se constatou antes de uma análise mais aprofundada é que o descumprimento de combinados é o principal

⁴ Realizado em 2017, pela bolsista e respondido pela diretora da escola “E.M Roberto Jorge”, situada em São José do Rio Preto. Em apêndice A.

motivo que levava os alunos à diretoria e assinarem o livro negro, como por exemplo, não usar celular na sala de aula é o motivo que mais aparece. Os meninos dos 6ºanos sempre eram registrados por indisciplina, brincadeiras impertinentes, ou seja, foram os envolvidos que mais aparecem. Apenas algumas ocorrências foram por infrações propriamente ditas, desrespeito ao professor ou algo do tipo. Havia poucas ocorrências envolvendo alunas, e as que ocorreram estavam quase sempre relacionadas ao uso de celular. Os envolvidos são sempre aluno vs. aluno ou aluno vs. professor.

Um aspecto muito interessante de se notar é que, na escola, o livro de ocorrências só existia como um acalento para os professores. Primeiro ele perdeu o estereótipo de livro negro, já que a diretora fez questão de encapá-los com cores alegres, exatamente para que houvesse a perda desse estigma punidor e do valor ideológico. No livro de ocorrência, cada aluno tinha sua folha individualmente, desta forma, mostrava uma preocupação em olhar cada aluno individualmente, que auxiliava o aluno a evitar qualquer tipo de indisciplina, por motivos de não se encaixarem, que por sua vez, compromete o bom andamento da (s) atividade (s) pedagógica (s).

Após um recolhimento de mais dados se observou como está no gráfico abaixo que de 182 ocorrências registradas, 147 podem ser consideradas apenas como indisciplina, ou seja, o professor não gostou da atitude do aluno e o mandou para a diretoria, sendo apenas 35 das ocorrências realmente comportamentos que prejudicavam a aula, a escola ou a convivência de todos. Ou seja cerca de 80,7 % das ocorrências que foram registradas poderiam ser evitadas e resolvidas dentro da sala com o docente e com os discentes, mas por um desejo de punir o aluno acaba-se encaminhando para a diretoria.

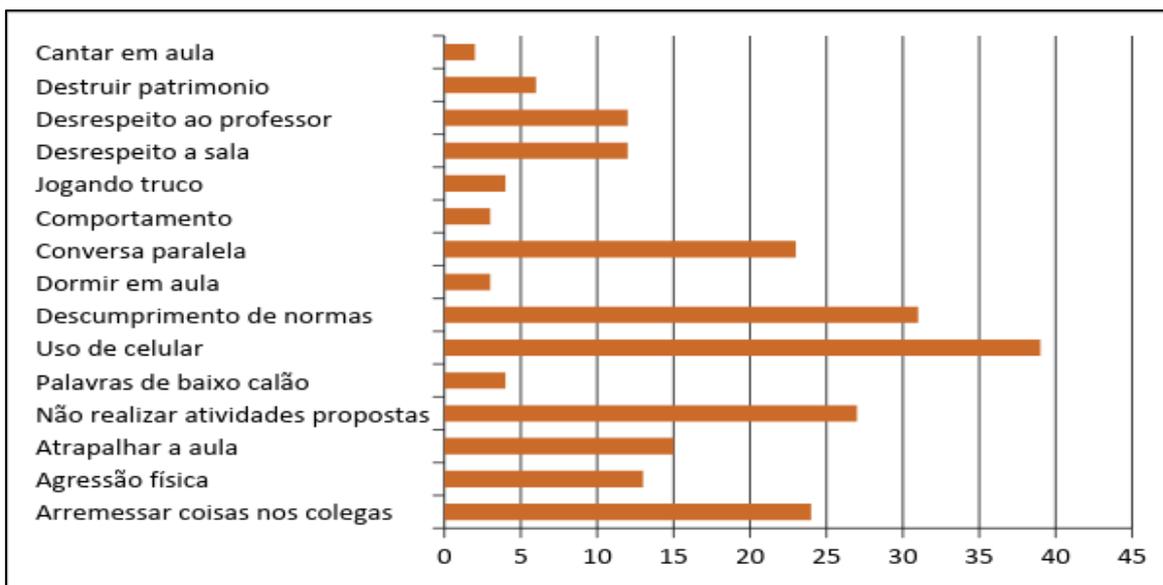


Gráfico 1 - Ocorrências de conflitos em sala de aula.

Na escola houve também, antes da implantação das assembleias de classe, uma pesquisa de sugestão de Livros – realizada com 40 alunos do 6º, 7º e 8º ano – que exemplifica de que maneira a escola tinha uma gestão democrática. Antes da implementação do projeto na escola, a diretora resolveu realizar um varal sobre o sonho de cada um, que ficou exposto no pátio da escola, no qual os que não sabiam escrever puderam desenhar. Realizado com alunos do 1º ao 9º ano, nota-se que dentre os sonhos analisados, os que mais apareceram estavam relacionados a ter uma profissão, ascender socialmente, ajudar as pessoas e a família, ser feliz e conhecer lugares. As profissões que mais se destacaram foram: jogador de futebol, médico e artista. Foram analisados aproximadamente 255 sonhos, porém nem todos foram contabilizados, pois alguns eram ilustrações de difícil interpretação. Outros sonhos foram contabilizados mais de uma vez por conter vários desejos em um único. Separando em quatro tópicos os sonhos podem ser divididos em bens materiais – carro, brinquedo, etc. – que foi mencionado 26; bens imateriais- festas de aniversário, saúde, conhecer lugares – com 62; sonhos para um futuro melhor, 48 e por fim ter uma profissão com 166 sonhos. Por meio desses dados, se nota que o público dessa instituição, assim como qualquer outra, tem sonhos compartilhados, e a educação em um ambiente que

propicia a cidadania fará com que eles tenham ainda mais sonhos, mas que acima de tudo vejam o outro, escutem o outro.

Um outro dado importante para se entender melhor o ambiente escolar e o processo de desconstrução de alguns conceitos enraizados é o quadro de combinados⁵ que um sexto ano, após assembleia de classe, redigiu. Como se pode perceber há algumas ideias que são tão incorporadas na escola que os alunos acabam adquirindo, exemplo disso são combinados como “não fazer graça”, “não fazer perguntas tolas” e outras que estão expressas no quadro, em que o próprio vocabulário docente é incorporado pelos discentes. O quadro trouxe alguns resultados na turma em questão, em relação a respeito um com o outro e comportamento dentro da sala de aula, já que foram os alunos que redigiram o quadro, por isso se sentem comprometidos a segui-lo, sem ser impositivo. Porém, se faz necessário ficar atento sempre com a reprodução em vez de reflexão, que após a elaboração do quadro foi debatida com os alunos.

Houve também a análise de um Círculo restaurativo, que ocorreu em um nono ano, no qual os alunos e os docentes a princípio foram para a prática já com desejo de brigar, apontar erros, criticar, porém a diretora mediou para que os dois lados pudessem observar o que os unia, quais eram os pontos fortes de cada um e o que poderia melhorar nas relações. Desta forma a mediação do círculo propiciou um choque para os dois lados, já que alunos e professores fizeram uma prática em que todos tinham o mesmo poder de fala e voto, assim começou um processo de desconstrução da relação antiga professor-aluno que é assimétrica, majoritariamente.

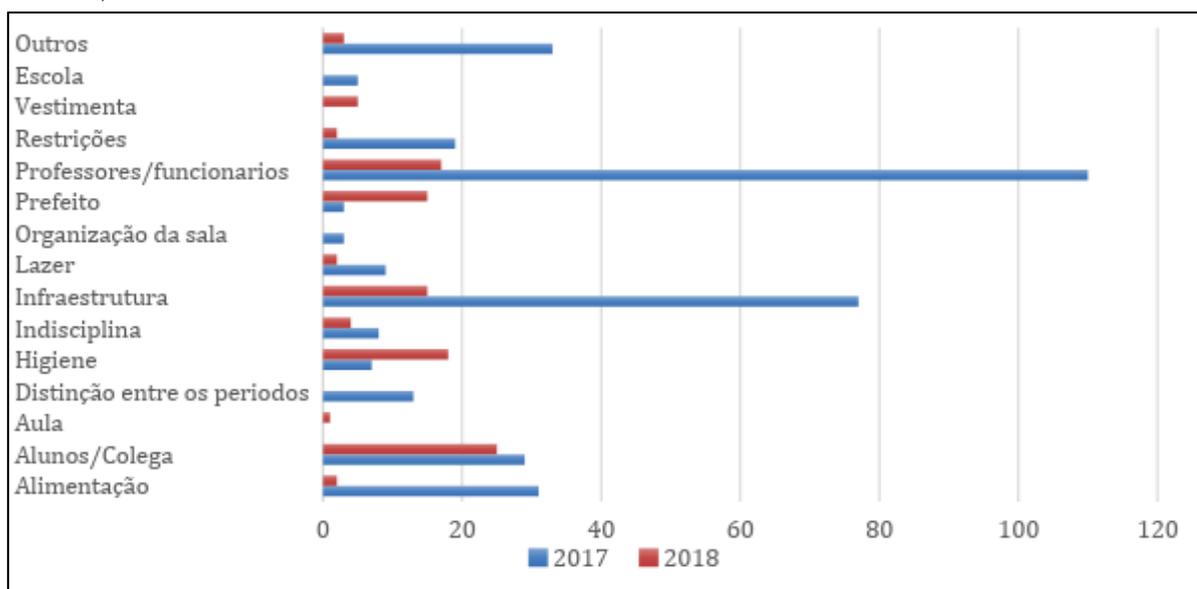
Porém a prática que mais propiciou ouvir a voz do aluno e que fez com que os alunos se identificassem com a escola, conseqüentemente gerou o objetivo esperado no projeto de que o aluno se sinta responsável pela escola e a tornasse melhor, principalmente como ambiente de interação social, foi o chamado bolsão de ideias, que por meio dele foram implantadas assembleias escolares todas as sextas-feiras. O bolsão é um modelo adaptado da

⁵ Quadro redigido por alunos e professores, após assembleia, como uma solução para problemas enfrentados na sala de aula. Em anexo A

prática *Jornal mural* descrita por Freinet (2001), na escola em destaque se realiza através de um mural que está no pátio, lugar da escola onde todos têm acesso, e há três divisórias já com os papéis escritos “eu felicito”, “eu critico” e “eu sugiro” que o aluno, professor e/ou funcionário escreve sua opinião sem a obrigação de se identificar ou citar nomes. A fim de compreender a escola como um ambiente promotor de direitos humanos, regida por valores éticos, a proposta dos bolsões foi uma das mais eficazes. Apesar de nas tabelas a seguir, se ver uma menor participação no ano de 2018, se entende que os dados de 2017 são completos, pois foi recolhido o ano todo, já os do ano de 2018 foram recolhidos até agosto, pois a partir desse período necessitou parar a fim de se analisar os materiais.

2017		2018	
Alimentação	31	Alimentação	2
Alunos/Colega	29	Alunos/colegas	25
Distinção entre os períodos	13	Aula	1
Higiene	7	Banheiro/Higiene	18
Indisciplina	8	Indisciplina	4
Infraestrutura	77	Infraestrutura	15
Lazer	9	Lazer (intervalo)	2
Organização da sala	3	Prefeito	15
Prefeito	3	Professores/funcionários	17
Professores/funcionários	110	Restrições	2
Restrições	19	Vestimenta	5
Escola	5	Outros	3
Outros	33		
Total	347	Total	109

Tabela 1 - Eu crítico

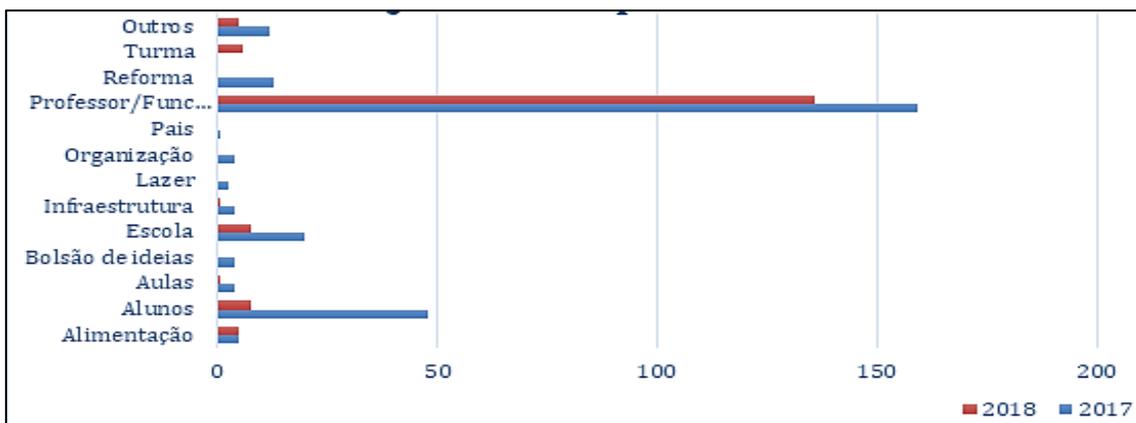


Quadro 1 - dados da Tabela 1

2017		2018	
Alimentação	5	Alimentação	5
Alunos	48	Alunos	8
Aulas	4	Aulas	1
bolsão de ideias	4	Escola	8
Escola	20	Infraestrutura	1
Infraestrutura	4	Professor/Funcionários/Gestão	136
Lazer	3	Turma	6
Organização	4	Outro	5
País	1		
Professor/Funcionários/Gestão	159		
Reforma	13		
Outros	12		
Total	277	Total	170

Tabela 2 - Eu Felicito

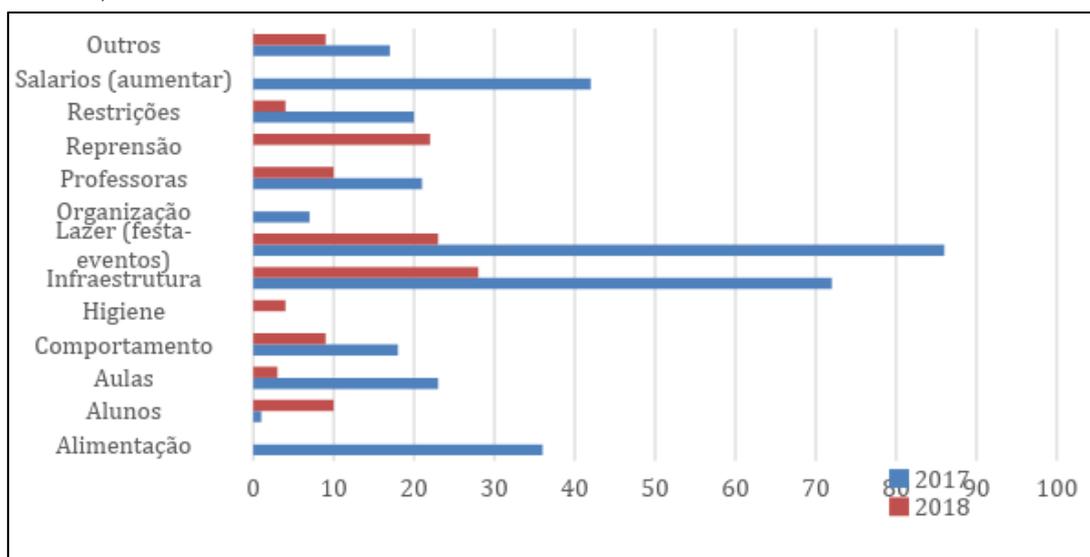
VOZES DA ESCOLA: PROCESSO FORMADOR



Quadro 2 - dados da Tabela 2

2017		2018	
Alimentação	36	Alunos	10
Alunos	1	Aulas	3
Aulas	23	Comida	9
Comportamento	18	Comportamento	9
Infraestrutura	72	Escola	1
Lazer(festa- eventos)	86	Higiene- cuidado com a escola	4
Organização	7	Infraestrutura	28
Professoras	21	Lazer	23
Restrições	20	Professoras/Gest ão/Funcionários	10
Salários (aumentar)	42	Repressão- Atitudes	22
Outros	17	Restrições	4
		Outros	8
Total	343	Total	131

Tabela 3 - Eu sugiro



Quadro 3 - dados da Tabela 3

O bolsão de ideias foi uma prática em que todas as sextas-feiras, no horário cívico, se recolhiam os papéis e liam para toda a comunidade escolar presente, logo após havia um debate sobre as questões e conflitos levantados, para que os alunos pudessem estar em constante reflexão e participando ativamente, sempre mediados pela diretora e/ou por pessoas que entendessem o processo de assembleia. Um dado interessante observado na coleta do bolsão é que os alunos e funcionários não precisavam se identificar, porém alguns se identificavam, e os dados mostram que de 1377 papéis analisados uma quantidade de 830 aproximadamente se identificaram, cerca de 60,2 % de todos, que realmente desejavam se identificar, evidenciando uma postura clara e ativa nas escritas. Os temas que mais apareceram tanto no ano de 2017, como em 2018, foram: infraestrutura, alimentação, comportamentos dos professores e alunos, prefeito, lazer. E através desses temas recorrentes há como perceber que a própria concepção de organização escolar dos alunos começou a mudar, já que eles entenderam mesmo os mais novos que o prefeito é uma parte da escola. Tanto que, por meio do bolsão de ideias, os alunos escreveram uma carta a que era a atual gestão da cidade, endereçada para o prefeito, a fim de que a escola pudesse receber verbas para consertar ou melhorar algumas partes, como por exemplo, cortar grama e consertar a iluminação da escola. Observou-

se também o cuidado e carinho que os alunos tinham pelos docentes, tanto que houve muitos pedidos para aumentar os salários dos professores e para determinado professor não parar de dar aula ou ser remanejado para outro lugar.

4. Percurso do projeto

A implementação de assembleias foi ocorrendo aos poucos, principalmente por a escola não conter muitos agentes da educação que conheciam a fundo a via da Justiça Restaurativa e o uso de assembleias para alunos de todas as etapas, por isso, a mediação ficou um pouco comprometida. Um processo de implantação que se deu aos poucos, tanto que, ainda no começo de 2019 não haviam sido consolidadas as assembleias de classe a cada 15 dias em todas as séries, que era um dos objetivos que a própria escola traçou como meta. Por meio de diversos modos de escuta, principalmente pelo bolsão de ideias se conseguiu identificar os conflitos que ocorriam na escola e como eles eram enfrentados, e também implantar meios de escuta ativa e de participação dos alunos. E a partir dessas implantações e identificações, conseguir uma mudança gradual, a curtos passos de mudança no enfrentamento e debate dos conflitos. A escola se mostrou muito aberta e no tempo do projeto foi cada vez mais se tornando um ambiente promotor de direitos humanos, por instigar e ensinar os alunos, docentes e todos os que fazem parte da escola um novo modo de olhar nas relações.

As ações foram sendo desenvolvidas continuamente, como visto nos lócus do projeto, houve diversas práticas pedagógicas não só com os alunos, mas também com os docentes e toda gestão para que a via da Justiça Restaurativa realmente pudesse ser implantada como uma via eficaz de aprendizagem e de vivência.

A última etapa dos desenvolvimentos das ações foi a análise documental, em que os lócus principais se deu pelo bolsão de ideias, livro de ocorrências e as atas de círculos restaurativos e assembleias. O bolsão de ideias, como uma prática já consolidada na escola, que ocorre sempre no horário cívico, e é um importante recurso de

expressão, pois mesmo que a assembleia ainda não tivesse uma periodicidade, há o espaço do bolsão para se ter um debate coletivo, semanalmente, que se assemelhava muito às assembleias escolares. E os livros de ocorrências, quando analisados, mostraram que os professores também estão passando por um processo de desconstrução e que para muitos há dificuldades de mudar o olhar, de se perceber a educação no processo formador e não punidor.

Na análise documental, se percebeu pelos bolsões, que os temas que mais apareciam em críticas e sugestões são temas que abarcam toda a escola, como a infraestrutura e a alimentação dos alunos, percebe-se que os próprios alunos anseiam que as escolas sejam cada vez melhores e cuidam desse espaço. Já na assembleia se percebe que os principais temas são o comportamento positivo e negativo de cada classe; a indisciplina e a valorização da escola, que constitui uma rede que forma uma boa relação interpessoal com todos. E as propostas feitas pelos alunos sempre seguem a linha de atividades para debater bullying, lista com propostas elaboradas por estudantes e professores, formas de se respeitar o outro e o constante debate, ou seja, seguem uma linha que tenta pensar modos de se melhorar as atitudes e ações pessoais. Os temas observados nas propostas demonstram que há um desejo de debater as atitudes/comportamentos dentro da sala. Porém em relação a algumas soluções, percebe-se que os alunos ainda replicam discursos tradicionais e restritivos da escola, em detrimento da reflexão sobre princípios morais. Então, sobre as dificuldades, uma das principais é por as assembleias de classe não terem uma periodicidade para realização, por falta de estrutura, havia um progresso mais lento em relação a essa prática. Diante disso, há algum trabalho por parte dos alunos em assimilar a dinâmica e/ou regras para sua realização. Uma segunda dificuldade é que alguns professores têm resistência em entender esse novo olhar para a educação. Mas, os resultados mostram que essa via é uma boa alternativa para a mudança. Já que as práticas de escuta escolares são espaços que alteram e propiciam características interpessoais, que ajudam na formação de seres mais pacíficos e reflexivos.

Considerações Finais

O projeto ofereceu oportunidade para toda a comunidade escolar pensar nas relações, nos conflitos, e tal espaço muda de forma profunda quem passa pelo processo de redescoberta de conceitos e atitudes. A implantação das assembleias, como meio de escuta, trouxe resultados significativos, para o objetivo de transformar o espaço escolar em um ambiente mais democrático. Porém como a escola não é só um espaço de relações, dar voz e espaço para o aluno não é suficiente. Há que se ter toda uma reformulação da organização do espaço e do tempo escolar e principalmente do olhar pautada não em um sistema de retribuição, mas de reconstrução constante.

Quando em fase de desenvolvimento, percebeu-se, por meio das observações nos lócus da pesquisa, que o ambiente escolar estava organizado para favorecer o diálogo e o enfrentamento de problemas coletivos, depois após conclusão do projeto percebe-se que o ambiente escolar cada dia mais se organiza e reorganiza para uma construção coletiva que favoreça a todos. Estudantes e professores elaboraram juntos regras e combinados gerais expostos; em geral, os discursos estão se alterando. Também após a constatação da reprodução de discursos, começaram a ser organizadas assembleias de professores a fim dos docentes entenderem a via da Justiça Restaurativa e poderem ir alterando as lentes, para se olhar a educação. Os alunos manifestaram espontaneamente apreço pelas assembleias e as classificaram como um espaço para debate de assuntos da escola, apesar de o processo de implantação de assembleias ainda não ter sido fixado, por incompatibilidade de horários.

E após a conclusão do projeto se percebeu uma mudança grande em comparação a quando foi implantado, mas pequena para o quanto se precisa trilhar, para se propiciar cada vez mais um ambiente democrático que formem eticamente todos que estão na instituição escolar. Trata-se de um percurso a ser trilhado pela escola no qual as assembleias escolares e todas as práticas que oferecem a

BUENO, L. R. R.

oportunidade de todos participarem são espaços que favorecem a construção de valores como respeito, colaboração, solidariedade e justiça, além disso, exercitam capacidades psicomorais, como a empatia, o diálogo, a compreensão, o juízo ou a autorregulação como afirma Argüís (2002, p.28). Entende-se que o desenvolvimento destas capacidades é fundamental para atuar-se no âmbito da JR na sua dimensão primária. Este caminho reconhece o conflito como uma oportunidade para aprender a lidar com as diversidades por meio do diálogo.

BUENO, L. R. R. Vozes da escola: processo formador. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 18, n. 1, p. 661-685, 2019.

VOICES OF THE SCHOOL: EDUCATIONAL PROCESS

ABSTRACT: This article is the result of an Extention Project titled, Restorative Justice in the day-to-day of the School, conducted in the years 2017 and 2018, in a state run school from São José do Rio Preto. The Project had the goal of facing school conflicts and address interpersonal relationship. The methodology included, bank of ideas, class assembly and general assembly. As a result it is perceived that the school's social environment organized itself to favor dialogue and collective problem-solving.

KEYWORDS: Restorative Justice; Contribution; Assembly; Citizenship

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ulisses F. *A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências*. São Paulo: Moderna, 2002.

ARGUIS, R. et al. *Tutoria: com a palavra, o aluno*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

Assembleia Geral da ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (217 [III] A). Paris. Retirado de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>

BRANCHER, L. *Manual de práticas restaurativas*. Brasília: PNUD, 2006. v. 1.

_____, Leoberto; TODESCHINI, T. T.; MACHADO, C. *Justiça para o século 21: instituindo práticas restaurativas*. Manual de Práticas Restaurativas, Porto Alegre, 2008, vol. 1.

VOZES DA ESCOLA: PROCESSO FORMADOR

BRASIL Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Projeto DAS/MEC 00062474(DEX)*. Brasília: MEC, 2010.

CHRISPINO, A. *Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação*. Ensaio : avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mG. 2007

FREINET, Célestin. *Para uma Escola do Povo*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2001. (p.70-120).

GALVÃO, I. (2004). *Cenas do cotidiano escolar: conflito sim, violência não*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GROSSI, Patrícia Krieger, AGUINSKI, Beatriz G. , SANTOS, Andréia M. *Justiça Restaurativa nas Escolas de Porto Alegre: Desafios e Perspectivas*. In: BRANCHER, Leoberto & SILVA, Susiâni (orgs.). *Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas: Semeando Justiça e Pacificando Violências*, Porto Alegre, Nova Prada, 2008.

GROSSI, Patrícia Krieger; et al. *Implementando práticas restaurativas nas escolas brasileiras como estratégia para a construção de uma cultura de paz*. Revista Diálogo Educativo, Curitiba, v. 9, no. 28, p. 497-510, set./dez. 2009.

OLIVEIRA, Fabiana Nascimento de. *Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça da Infância e da Juventude: um diálogo baseado em valores*. IN: BRANCHER, Leoberto, SILVA, Susiâni. *Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas: Semeando Justiça e Pacificando Violências - Três anos de experiência da Justiça Restaurativa na Capital Gaúcha*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

PUIG, M. Josep; et al. *Democracia e participação escolar: Propostas de atividades*. Tradução de Maria Cristina de Oliveira. São Paulo: Moderna, 2000. p. 32-36, 117-120, 146-150.

SCHULER, Betina Veredito. *Escola, inclusão, justiça restaurativa e experiência de si -* Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, PósGraduação em Educação, PUCRS.

Apêndice A – Questionário

1. Quais são os conflitos que mais acontecem na sua escola?
R: **Os conflitos que acontecem com maior frequência são entre os alunos e entre alunos e professores**
2. Quais os motivos que levam aos conflitos?
R: **Os motivos são: Preconceito Racial, disputa por objetos e descumprimento de regras.**
3. Como a escola resolve os conflitos? Quais encaminhamentos são feitos?
R: **A escola resolve os conflitos por meio de projetos que estimulem o diálogo, o protagonismo e a cooperação: Bolsão de Ideias (conflitos coletivos); Grupos de Convivência (temas específicos, escolhidos pelos alunos); Assembleias (escola e classe); Mediação de conflitos (diálogo, acordos e responsabilização); Rodas de Conversa (avaliação da escola e auto avaliação).**
4. Por que esta escola implantou as Assembleias?
R: **A escola iniciou a implantação dessa prática, porque tem como eixo norteador o diálogo como forma primordial de resolução dos conflitos existentes no cotidiano escolar, valorizando as relações respeitadas, a convivência ética e o protagonismo.**
5. Com que frequência são realizadas as assembleias na sua escola?
R: **Semanalmente, com o Bolsão de Ideias (coletivo); mensalmente, com turmas específicas (em 2017 com os 7º e 8º anos); Bimestralmente (rodas de conversa) por turmas (avaliação da escola e auto avaliação).**
6. As assembleias são de classe ou da escola? Há assembleias de professores?
R: **As assembleias são de classe e de escola. Ainda não foram iniciadas assembleias de professores.**
7. Quem participa das assembleias?
R: **Nas de escola (coletivo) participam: alunos, estagiários, professores, funcionários e equipe gestora. Já nas de classe participam: professores, estagiários, alunos e um membro da equipe gestora.**
8. Como é feita a pauta de discussão das assembleias?
R: **A pauta é realizada através da coleta de dados do Bolsão de Ideias, para o momento coletivo e com dados coletados em caixinhas de sugestões para o momento com a classe. Utiliza-se também no momento com a classe, o método do Semáforo, com placas verde, vermelha e amarela, para a votação das ideias elencadas.**
9. Quem dirige as assembleias?
R: **A direção, a coordenação, o professor e um funcionário, quando necessário dirigem esses momentos. A ideia é futuramente deixar também os alunos responsáveis por essa condução.**
10. Na sua opinião, como diretora, qual a contribuição que as assembleias trazem a sua escola?
R: **As práticas dialógicas de resolução de conflitos são um convite ao diálogo, a pensar no enfrentamento da violência de forma não violenta, inserindo novos modos de ser, agir, estar e conviver. É lançar um novo olhar, “trocar as lentes”, diante dos modos de abordar os conflitos existentes no cotidiano escolar. É ampliar espaços para o resgate do diálogo, das relações respeitadas**

e da convivência ética, tendo como foco os interesses coletivos e não os individuais.

11. Quais as dificuldades que teve para implementá-las?

R: As dificuldades encontram-se diante de abordagens por parte de alguns professores que desconhecem os modelos dialógicos de resolução de conflitos, e encontram resistência em compreender as mudanças do mundo contemporâneo e as reais necessidades de horizontalidade nas relações humanas, entendendo que o aluno pode ter voz, ser protagonista, participar ativamente do processo. O intuito não é culpar esses profissionais, até porque o paradigma da sociedade gira em torno da punição, do não ter voz, entre outros. No entanto esse ainda é o maior desafio.

Outro desafio encontrado é estabelecer uma rotina, ter continuidade e regularidade nas ações dentro da escola.

12. Qual a duração das assembleias?

R: Duas horas-aula (1 hora e 40 minutos).

13. Qual o objetivo das assembleias?

R: Discutir coletivamente as questões levantadas pelos alunos tanto no Bolsão de Ideais quanto nas caixinhas.

14. Os alunos fazem propostas para resolver os problemas?

R: Sim. Os alunos fazem o levantamento de problemas e discutem possíveis soluções.

15. As propostas dadas pelos alunos são votadas?

R: Sim, Através de plaquinhas (verde, vermelha e amarela). As propostas são votadas de acordo com sua prioridade.

16. Há envolvimento dos alunos nas soluções propostas?

R: Sim. Apesar de que devido ao fato de as assembleias terem se iniciado no segundo semestre letivo de 2017, ainda não foi possível perceber uma apropriação por parte dos alunos pelo momento prático, as assembleias ainda são conduzidas por professores e membros da gestão. Mas espera-se que para o ano de 2018 os alunos sejam capazes de organizar as assembleias escolares sem a interferência da gestão.

Anexo A - Tabela de Combinados

Soluções propostas pelos alunos em conjunto com os docentes	
Não fazer graça	Mais cuidado com os materiais escolares
Respeitar os colegas e professores	Não assobiar e bater palmas na sala
Não fazer perguntas tolas	Não cantar
Não jogar pó de giz	Silêncio durante as aulas
Organização e silêncio na troca dos professores	Mais responsabilidades com as tarefas e trabalhos
Não pegar nem jogar objetos alheios	Não usar celular durante as aulas
Não ficar andando pela sala durante as aulas	Cuidar e zelar dos materiais e espaços da escola
Não colocar cola nas cadeiras e mesas	Respeitar estagiários
Não gritar na sala	Não falar palavrões
Manter a sala limpa e organizada	Realizar todas as atividades propostas